



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO**

DIREITO DE RESPOSTA (12625) PROCESSO N. 0601900-09.2022.6.21.0000

Porto Alegre

REPRESENTANTE: UM SÓ RIO GRANDE FEDERAÇÃO PSDB  
CIDADANIA(PSDB/CIDADANIA) / 15-MDB / 55-PSD / 19-PODE / 44-UNIÃO

REPRESENTADOS: COLIGAÇÃO FRENTE DA ESPERANÇA, COMPOSTA  
PELA FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL (PT, PCDOB E PV),  
RIO GRANDE DO SUL E FEDERAÇÃO PSOL/REDE (PSOL/REDE), ELEICAO  
2022 JOAO EDEGAR PRETTO GOVERNADOR, ELEICAO 2022 PEDRO LUIZ  
FAGUNDES RUAS VICE-GOVERNADOR

RELATOR: DESEMBARGADOR LUIZ MELLO GUIMARAES

**PARECER**

**I - FATOS**

Trata-se de Representação Eleitoral para concessão de direito de resposta e com pedido liminar ajuizada pela Federação UM SÓ RIO GRANDE PSDB CIDADANIA contra COLIGAÇÃO FRENTE DA ESPERANÇA, COMPOSTA PELA FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL, FEDERAÇÃO PSOL/REDE, JOAO EDEGAR PRETTO e PEDRO LUIZ FAGUNDES RUAS, em razão da veiculação de propaganda em inserções no horário eleitoral gratuito de televisão, sob o fundamento de que se trata de material apócrifo, descontextualizado, sabidamente inverídico, e que apresenta desinformação. Requer a concessão de tutela de urgência para fins de determinar aos representados que se abstenham de veicular a propaganda objeto desta ação sob pena de multa no valor de R\$ 10.000,00 por propaganda veiculada em desacordo.

A tutela de urgência foi indeferida.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO**

Em contestação, ofertada em tempo hábil, os Representados alegam litispendência ou conexão com a ação 0601879-33.2022.6.21.0000, assim como com as ações 0601905-31.2022.6.21.0000, 0601897-54.2022.6.21.0000 e 0601910- 53.2022.6.21.0000. Sustentam também que o ajuizamento de 5 (cinco) ações sobre a mesma peça publicitária, sem a menção às ações anteriores, caracteriza litigância abusiva. Postulam a rejeição do pedido liminar e, no mérito, a improcedência da ação, ao argumento de que inexiste qualquer ausência de informação legal, assim como pela inexistência de qualquer razão para o deferimento do direito de resposta, pela não ocorrência de qualquer notícia sabidamente inverídica na peça de propaganda reportada (ID 45070240).

Na sequência, foi dada vista dos autos a esta Procuradoria Regional Eleitoral, que opinou pela reunião do feito com aquele de nº 0601879-33.2022.6.21.0000 e, no mérito, pela improcedência do pedido.

O juízo auxiliar julgou a representação improcedente.

Irresignada, a representantes recorre, alegando que a propaganda impugnada, a todo momento, afirma que EDUARDO LEITE recebeu uma pensão e aposentadoria, ambos termos técnicos que são mentirosos. Assevera que constou na r. decisão recorrida que a utilização dessas expressões não tornaria a propaganda mentirosa, fazendo-se referência à veiculação de notícias na imprensa que tratariam o benefício como aposentadoria, e que caberia ao eleitor compreender o fato como quisesse. Argumenta, contudo, que, não há dúvidas de que cabe ao ouvinte a compreensão dos fatos, mas o emissor da mensagem é responsável pelo conteúdo que propaga, e quando o faz de forma ardilosa, propagando fato inverídico, cabe à Justiça Eleitoral garantir a reposição da verdade para que, aí sim, o eleitor possa compreender os fatos livremente. Pontua que é mentira que a aposentadoria de LEITE equivale a muitos quilos de carne e muitos litros de leite, porque não há qualquer recebimento de valores no presente, tempo verbal intencionalmente utilizado pelos recorridos para criar artificialmente os estados mentais emocionais e passionais. Aduz que, ainda que não se possa



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO**

confundir a verba de representação com aposentadoria ou pensão, as alterações trazidas pela Lei 14.800/2015 (Lei votada e aprovada por EDEGAR PRETTO e PEDRO RUAS) retiraram qualquer eventual caráter previdenciário do subsídio, já que foram suprimidas a vitaliciedade e transmissibilidade da verba aos dependentes. Ressalva que EDUARDO LEITE nunca recebeu aposentadoria ou pensão por ter sido governador., mas sim, um subsídio a título de representação, que não se confunde com os benefícios previdenciários porque não possui vitaliciedade e nem transmissibilidade.

Foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

## **II - FUNDAMENTOS**

O recorrente traz longa e minuciosa análise das propagandas questionadas. Procura fazer valer o entendimento de que a Justiça Eleitoral deve sim intervir no debate acerca da natureza verdadeira das informações divulgadas a respeito das verbas recebidas pelo ex-governador após sua saída do governo estadual.

Diz que alguns dos representados participaram do processo legislativo que culminou na norma autorizadora do benefício discutido e não poderiam deixar de saber que as propagandas traziam informações descontextualizadas e enviesadas, com o propósito de confundir o eleitor e prejudicar o candidato.

Ora, a r. sentença recorrida enfrentou com profundidade o tema e bem demonstrou que a verdade a ser restabelecida em direito de resposta é aquela que salta aos



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO**

olhos, que não contém matizes ou detalhes que devem mesmo ser objeto de amplo debate pela sociedade e pelo eleitorado. Nessa linha, a natureza das verbas recebidas pelo ex-governador e sua legitimidade ou não podem sim ser objetos de debate eleitoral, ainda que com imprecisões que possam ser facilmente corrigidas pelos interessados. Não se deve deixar de observar que a remuneração de agentes públicos é hoje tema sujeito à mais ampla publicidade, pois ao cidadão deve ser dado acesso a todas as informações possíveis sobre natureza e legitimidade de recebimentos por parte de agentes políticos e servidores. Vale registrar que debate sobre pensões e benefícios de ex-governadores é tema candente no âmbito político do Rio Grande do Sul há muitos anos, nada surpreendendo que novamente o tema seja submetido à criteriosa avaliação dos eleitores.

A propósito do tema, é valiosa a doutrina de Rodrigo Lopez Zilio:

“Assim, para o deferimento do direito de resposta, não basta apenas veicular afirmação de caráter inverídico, porquanto a lei exige um plus – vedando a afirmação sabidamente inverídica. A distinção guarda relevância na medida em que o debate de ideias entre os candidatos é fundamental para a formação de opinião do eleitorado, sendo reconhecida certa mitigação e flexibilidade nos conceitos de honra e privacidade dos homens públicos. Somente afirmação que evidentemente se configura como inverídica é passível do direito de resposta, dado que a divergência de posicionamento acerca de fatos de interesse político-comunitário é essencial ao desenvolvimento do debate eleitoral. Daí que é cabível o direito de resposta quando assacada uma inverdade escancarada, evidente, manifesta, e não quando o o fato narrado admite contestação e abre espaço para uma discussão política. O TSE já assentou que 'a mensagem para ser qualificada como sabidamente inverídica, deve conter inverdade flagrante que não apresente controvérsias. Não é possível transformar o pedido de resposta em processo investigatório com o intuito de comprovar a veracidade ds versões controversas sustentadas pelas partes' (Rp. Nº 3675-16/DF – j. 26.10.2010 – PSESS)” (Direito Eleitoral, Editos JusPodivm, 8ª ed., 2022, p.519)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO**

Nessa linha e a fim de reforçar a argumentação, pede-se vênia para transcrever o parecer apresentado na fase anterior, pois bem delimita o entendimento ministerial acerca do tema retomado no recurso:

Passa-se ao exame da matéria. Em primeiro lugar, não há falar em litispendência ou má-fé da parte autora, haja vista que se trata de impugnações contra diversas veiculações da mesma matéria. Ou seja, cada veiculação é um fato e por conseguinte não se trata de identidade absoluta das lides. Por outro lado, ante a unidade de partes entre os feitos, assim como porque se trata de pedido de resposta a publicações diversas, mas de mesmo conteúdo, tem-se que tudo recomenda a reunião de processos para que se assegure a uniformidade de julgamento, nos moldes do artigo 55, § 3º, do CPC. Logo, cumpre sejam os autos encaminhados ao juízo responsável pelo processo 0601879-33.2022.6.21.0000, primeiro a conhecer da matéria, para reunião dos feitos e julgamento conjunto.

No mérito, haja vista que, como dito, trata-se de várias divulgações de propagandas de mesmo conteúdo, assim como para assegurar a celeridade dos feitos e a economia processual, pede-se vênia para reproduzir o texto do parecer ofertado pelo Ministério Público Eleitoral no processo nº 0601879-33.2022.6.21.0000, pois analisa com precisão a matéria de fundo. Veja-se:

Não assiste razão ao Representante. Vejamos.

Estabelece o artigo 58 da Lei das Eleições (Lei 9.504/1997): “A partir da escolha de candidatos em convenção, é assegurado o direito de resposta a candidato, partido ou coligação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social.” Em relação à propaganda eleitoral, e, por sua vez, ao direito de resposta, ensina a doutrina : “entre os princípios regentes da propaganda, destacam-se os da informação e da veracidade. Pelo primeiro, é direito dos eleitores receber todas as informações sobre os participantes do certame, sejam elas positivas ou negativas. Só assim poderão exercer o sufrágio com consciência e responsabilidade. Quanto ao segundo, os fatos e informações veiculados devem apresentar similitude com a verdade fatural ou histórica, configurando crime eleitoral o 'divulgar, na propaganda, fatos que sabe inverídicos, em relação a partidos ou candidatos e capazes de exercerem influência perante o eleitorado” (Gomes, José Jairo. Direito Eleitoral, 16ª ed.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO**

São Paulo: Atlas, 2020, p. 646) Nesse passo, a mensagem, para ser qualificada como sabidamente inverídica, deve conter inverdade flagrante que não apresente controvérsias e desborde do debate político, o que não é a situação trazida para análise. No caso, não há ilícito eleitoral na propaganda impugnada, porque, de fato, o candidato recebeu subsídio como ex-governador e a utilização da expressão “aposentadoria”, no lugar de subsídio, não torna mentirosa a notícia veiculada na propaganda combatida. Merece destaque, pelo acerto, a seguinte passagem da decisão de indeferimento da liminar (ID 45063783): “Contudo, da análise perfunctória das alegações do Representante, não vislumbro a evidência necessária para a concessão de medida liminar suspendendo a veiculação das propagandas dos Representados. Com efeito, o candidato Eduardo Leite efetivamente recebeu subsídio como ex- governador e o uso da expressão aposentadoria não torna a notícia inverídica. Inclusive, é notório que o benefício decorreu de ato voluntário do ex-governador que, após debates e críticas na imprensa e sociedade gaúcha, optou pela suspensão, não havendo assim inverdade no conteúdo da veiculação questionada. Aliás, o termo “pensão” inclusive foi utilizado pela imprensa para noticiar o fato (disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/politica/2022/06/eduardo-leite-comeca-areceberpensao-de-r-19-mil-como-ex-governador/>, acesso em 28.08.2022: O ex-governador Eduardo Leite (PSDB) começou a receber pensão por ter ocupado o cargo de chefe do Executivo estadual. Em maio, Leite recebeu R\$ 19.679,25, e mais uma parcela referente a abril de R\$ 20.314,07. Somados, os valores brutos totalizaram R\$ 39.993,32, com descontos, o valor líquido ficou em R\$ 29.864,52. Segundo a assessoria do ex-governador, ele terá direito a receber, por quatro anos, 65% do salário, o equivalente ao período de dois anos e sete meses em que ficou no cargo. O entendimento é sustentado em parecer de 24 páginas da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).” Como se vê, a alegação carece de maiores elementos para que possa ser considerada, sem sombra de dúvida, como sabidamente inverídica. Tampouco há flagrante agressão pessoal ao candidato Eduardo Leite, tratando-se de discurso afeto à disputa eleitoral, que não enseja, por si só, o direito de resposta. Ou seja, há somente crítica inerente ao jogo político, assegurada, diga-se, pela Constituição Federal nos incisos IV e V do seu artigo 5º, contra a qual, quem se sentir lesado com ela, deve buscar a responsabilização por dano moral, material ou à imagem. Assim, em não havendo ilícito eleitoral, não deve prosperar o postulado.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO**

---

**III - CONCLUSÃO**

Ante o exposto, manifesta-se o Ministério Público Federal pelo desprovemento do recurso.

Porto Alegre, 5 de setembro de 2022.

**Carlos Augusto da Silva Cazarre**  
**Procurador Regional da República**